

A RESISTÊNCIA DE UMA DEMOCRACIA: a atuação do Supremo Tribunal Federal diante das ameaças ao Estado Democrático de Direito

Washington Luiz Ferreira Dias Lopes¹

RECONDO, Felipe; WEBER, Luiz. **O TRIBUNAL: como o supremo se uniu ante a ameaça autoritária**. São Paulo/SP: Companhia das letras, 2023.

Com a intenção de demonstrar de maneira mais realista a atuação da Suprema Corte brasileira a partir das nuances que o jogo político apresenta, os autores, desde 2018, iniciaram o levantamento e produção do material que resultou na obra **O TRIBUNAL: como o supremo se uniu ante a ameaça autoritária**, lançada no ano de 2023. Trata-se de uma obra que acompanha todo o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, desde a posse do então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Dias Toffoli, até a frustrada tentativa de golpe contra a democracia brasileira na data de 08 de janeiro de 2023.

Ao longo dos capítulos, nota-se que, diante de um populismo ameaçador, estimulado por forças de extrema-direita, o Supremo Tribunal Federal percebeu que somente uma união dos seus ministros seria capaz de manter a ordem constitucional e o estado democrático de direito.

O tribunal, diferente da forma que tradicionalmente se apresenta ao cidadão: desagregado, atomizado, como uma reunião de onze juízes que aparentavam não caminhar para uma unanimidade em seus posicionamentos sobre os assuntos que afetam diretamente a guarda e a interpretação da Constituição, mudou. Onze ilhas que se uniram, adotaram o modo colegiado, recalcularam as rotas institucionais e preservaram aquilo que há de mais sagrado no ordenamento jurídico nacional: a democracia.

Ao longo de dez capítulos, os autores, com um modo de escrever jornalístico, aproximam o leitor da Suprema Corte, passando a impressão de que a leitura o transporta para além das paredes de vidro da sede que fica na capital do país. O desenrolar dos fatos é construído como se a história político-jurídica do Brasil, naquele recorte temporal de 2018 a 2023, estivesse sendo assistido por detrás das câmeras, nos bastidores do poder.

A obra começa no cenário de destruição deixado em Brasília na noite de 8 de janeiro de 2023. Emocionada, a ministra Rosa Weber, então presidente do tribunal, promete a reconstrução da sede do corte após os ataques golpistas realizados por aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro contra os prédios do Supremo Tribunal Federal, do Palácio do Planalto e o Congresso Nacional.

Os ataques ocorreram num domingo à tarde, mas os fatos que culminaram no descontrole e na destruição vinham sendo articulados e estimulados bem antes disso. O ex-presidente, durante todo o seu mandato, atacou publicamente e pessoalmente a Suprema Corte, silenciando-se após a derrota nas eleições democráticas de 2022 e fazendo vista grossa, estimulando, a seu modo, acampamentos em quartéis e a “revolta” popular contra o sistema eleitoral.

Resgatando a visita de Bolsonaro aos prédios institucionais para saber detalhes de como seria sua diplomação, requisito para ser empossado no cargo de presidente da república, a obra recorda como um parlamentar sem relevância foi alçando voos

¹ Mestre em Direito pela Universidade Federal de Ouro Preto. Especialista em Direito Privado pela Universidade Arinaldo. Advogado. E-mail: washington.diaslopes@hotmail.com.

até chegar no cargo mais importante do país. A fama, por assim dizer, foi construída por ofensas às minorias, jeito grosseiro, idolatria da ditadura militar e insistência na derrotada conversa sobre voto impresso.

As atitudes de ataque ao Supremo vinham desde a época da campanha presidencial em 2018, cravando o STF como mais um personagem a ser observado na campanha eleitoral. Como o Supremo, nessa situação, buscava manter-se neutro, já que não se via capaz de gerar ou tirar votos, entendeu que essas atitudes eram apenas eleitoreiras e que seriam neutralizadas durante o mandato “pela ação formal das instituições” (p. 38). Fato é que não dava para esperar que aquele seria um governo de conciliações.

O STF reagiria de modo inédito, unido, institucionalizado, com uma jurisprudência de guerra para salvar a democracia diante de um presidente que ameaçava atirar primeiro antes que os demais Poderes se atrevessem a impor limites ou criar ameaças contra ele. Bolsonaro descobriria a capacidade de reação do Supremo e até onde o tribunal, pela primeira vez em sua história, poderia ir (p. 53).

Em 19 de dezembro de 2018 um novo capítulo foi iniciado: o ministro Marco Aurelio “havia determinado que fossem postos em liberdade todos os presos sem sentença transitada em julgado” (p. 55). Naquele momento, a jurisprudência do STF ainda era divergente sobre o assunto, avançando e recuando nessa temática, e a decisão, publicada no último dia de trabalho, antes do período de férias, reverberou na imprensa brasileira. Para Bolsonaro, foi interpretada como um ataque a ele e ao seu iniciante governo, já que supostamente o entendimento beneficiaria o ex-presidente Lula. “A reação revelava mais sobre Bolsonaro: a ausência de fronteiras entre o público e o privado, a crença de que qualquer ação das instituições era um ataque pessoal” (p. 61). Aquela esfera do poder lhe seria uma ameaça, já que, para ele, tudo lhe parecia pessoal.

A preocupação, leia-se, proteção, com os filhos, também marca a postura de desavenças entre Bolsonaro e o STF. Na manhã de 27 de maio de 2020, após a Polícia Federal cumprir mandados de busca e apreensão contra pessoas ligadas a uma rede de difamação e ameaças ao Supremo, levando a alvos ligados ao então presidente, como o empresário Luciano Hang, Bolsonaro incomodou-se. Era o descortinar do “Gabinete do ódio”. A união da Corte havia sido instalada ali, com a escolha do ministro Alexandre de Moraes para o comando do inquérito. “Os ataques se davam no mundo virtual. Mas como os ministros têm jurisdição nacional, poderiam investigar as ofensas e ameaças feitas ao tribunal e a seus familiares, mesmo que elas tivessem lugar nessa nova realidade.” (p. 73).

A reação à resistência do Supremo ao Bolsonarismo no país foi imediata. Desde debates acadêmicos até no contexto político, quando “senadores desgavetaram projetos para impor mandatos fixos aos ministros do Supremo ou proibir categoricamente a prática do aborto e fechar as portas para eventual avanço do tribunal quanto ao tema” (p. 75). O combate do tribunal à máquina de ódio estava iniciado e “um ano depois a história era outra. Bolsonaro tinha medo” (p. 77).

Aconteceu o que o presidente temia. Ao finalmente julgar a ADPF impetrada pela Rede no ano anterior, o tribunal deu uma demonstração de unidade e chancelou a legalidade do Inquérito 4781 por 10 votos a 1 (sim, Marco Aurélio foi vencido). A investigação era legal e justificável “diante de incitamento ao fechamento do STF, de ameaça de morte ou de prisão de seus membros e de apreço a desobediência a decisões judiciais”, disse Fachin, relator da

ação. [...].

A manutenção do inquérito era um referendo do plenário à sua presidência. Na ocasião, Celso de Mello afirmou que a máquina de notícias fraudulentas se assemelha às organizações criminosas, mas com o propósito de coagir a instituição. (p.78).

O momento marcava o fato de que a Suprema Corte estava unida. Irritado, o então presidente Bolsonaro passou a pressionar o seu então Ministro da Justiça, Sergio Moro, para que o comando da Polícia Federal fosse trocado, de modo que ele tivesse informações sobre as ações da instituição no inquérito contra o Gabinete do Ódio. Sergio Moro, em 24 de abril de 2020, pediu demissão. “De todo modo, para investigar a relação Bolsonaro e Moro, naquele mesmo abril de 2020 o ministro Celso de Mello abriu um inquérito.” (p. 81). No mesmo mês de abril, o vídeo de uma reunião ministerial do governo gerou uma exposição do presidente e de seus aliados que estavam presentes, confirmando em meio a palavrões e comportamentos alterados, as ameaças ao STF. A relação com o governo e a Corte só iria deteriorar.

Em 16 de fevereiro de 2021, um vídeo que circulava na internet com o deputado Daniel Silveira, entre outras coisas enaltecendo a violência policial e incitando ataques e ameaças ao Supremo, chamou atenção do STF. Era preciso agir. “A reação do Supremo unido consolidou-se no dia seguinte: o ministro Alexandre de Moraes determinou a prisão em flagrante de Daniel Silveira naquele mesmo dia.” (p.88). A decisão, apoiada por todos os ministros, resultou na prisão do deputado. O tribunal julgou a ação procedente por entendimento da maioria, divergindo o ministro Nunes Marques, indicado por Bolsonaro para a vaga, que, no seu entender, não via práticas criminosas nas condutas de Daniel Silveira. Acompanhando tudo, Bolsonaro, na proximidade da campanha para a reeleição sentia-se ameaçado e atribuía a culpa ao Supremo Tribunal Federal.

Em março de 2021, a pandemia agravou ainda mais a situação: de um lado um presidente que confrontava as instituições e orientações internacionais que tentavam preservar a saúde da população. De outro, um Supremo que buscava acompanhar e controlar, dentro da legalidade, todas as atitudes presidenciais, além de preocupar com a própria segurança dos ministros. A Covid-19 ameaçava sem pestanejar aqueles com idade mais avançada, como era o caso da maioria da composição do STF. No entanto, “a jurisprudência da pandemia no STF devolveu ao tribunal a imagem de racionalidade, temperança e segurança. As decisões do Supremo evitaram uma crise ainda mais grave na saúde”. (p.120).

Após a vitória de Lula nas eleições de 2022, em um encontro com Bolsonaro, o ministro Dias Toffoli tentou amortecer a relação do presidente com as instituições. Naquela altura, manifestante e radicalistas não se conformavam com a perda da reeleição e buscavam ameaçar o resultado democrático. Atos de vandalismo ocorreram no mês de dezembro. Bolsonaro não passaria a faixa presidencial a um Lula eleito. Era a prelúdio do 8 de janeiro de 2023.

Antes de chegar à superfície, o ódio é cultivado nas redes. Para aqueles juízes analógicos — embora alguns se atrevessem no Twitter —, era difícil imaginar como o discurso divisivo de Bolsonaro excitava os canais de comunicação das plataformas a ponto de coagular grupos violentos ou atos ofensivos solitários. (p. 139).

“O ciclo do tempo para o Supremo é distinto do da política. Por quatro anos Bolsonaro avançou para impor seu projeto autocrata, e dependia do voto em 2022

para ganhar mais quatro anos e tentar concluí-lo. Precisava correr, gerar crises, avançar a galope contra o Supremo." (p.225). Representando o que é repetido exaustivamente nos cursos universitários de Direito, o Supremo tem o tempo como seu aliado. O Direito adequa suas normativas ao contexto e às realidades sociais. O Supremo julga o que passou para manter a ordem constitucional e isso é o seu diferencial.

A Corte, que internamente e externamente se mostrou fragilizada, conflitante entre seus próprios pares, se uniu. E essa união deve buscar formas de se manter sem o estímulo de fatores como aqueles que geraram essa nova realidade: ameaças, notícias falsas, incitações criminosas e antidemocracia.

O ataque golpista de 8 de janeiro solidificou o sentimento que Bolsonaro e suas redes alimentaram durante os quatro anos de seu mandato. Mas a insólita tentativa de golpe não foi uma prova de força do bolsonarismo: ela consumou a derrota de Bolsonaro. O tribunal invadido e depredado será o mesmo que condenará os responsáveis por fomentar o ódio contra as instituições. O mesmo que era criticado legitimamente por certos excessos ganhou um voto de confiança das instituições para acelerar suas ações contra a turba antidemocrática. (P.255).

O STF não enfrenta mais um inimigo comum. Mas é preciso seguir atento. A democracia é aberta a todos, resiste e precisa ser defendida. No entanto, jamais deve ser permitido que ela seja utilizada como meio que caminhe para o seu próprio fim.